

Pensando historicamente a descrição arquivística: classificando e mediando um “universo” de informações e facilitando o acesso de “mundos” de usuários

Karla Simone Willemann Schütz¹

Resumo: O processo de descrição arquivística é uma atividade central no que concerne o ofício do arquivista contemporâneo. Porém, essa prática sofreu transformações ao longo do tempo, sempre acompanhando as mudanças e demandas da sociedade e as formas de produção e acesso à informação. Tendo em mente essa constante metamorfose e a historicidade desse desenvolvimento, o presente texto apresenta uma revisão bibliográfica com os objetivos de observar o processo de descrição arquivística a partir de uma perspectiva histórica, levantar diferentes perspectivas acerca da importância conferida ao processo de descrição arquivística entre o fim do século XIX e o século XXI, e construir um panorama de discussões sobre o tema. Em conclusão, percebeu-se que o processo de descrição adquiriu atualmente uma importância que não era percebida em fins do século XIX.

Palavras-chave: Descrição arquivística; Revisão bibliográfica; História. Século XIX; Século XXI.

1 INTRODUÇÃO

Os conjuntos documentais apresentam diversos desafios aos responsáveis pela sua guarda, organização e gestão, e tais desafios diferem, claro, daqueles que são legados aos sujeitos que se dedicam a salvaguardar outros tipos de patrimônios da memória de determinada comunidade ou sociedade. Segundo o princípio da unicidade, cada conjunto documental é único, foi criado em momento específico e a partir de processos particulares vinculados à instituições, organizações e/ou indivíduos, da mesma forma, singulares. Por meio desta observação, percebe-se que esses patrimônios são atravessados por elementos como a temporalidade e a ação de agentes distintos, sendo assim, os acontecimentos que conduzem a sua concepção são impossíveis de serem replicados.

¹ Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. (PPGH-UDESC). Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. (PPGH-UDESC).. Graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. (UDESC). Professora de História nas redes particular e pública de ensino. E-mail: karlawunschutz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0177-078X>

Desta forma, para que cada conjunto documental se torne acessível à consulta de usuários – cada qual também com suas demandas específicas – é preciso que sua composição seja examinada, organizada e descrita de maneira individual. E, todo esse processo deve ser feito com especial atenção e sensibilidade ao contexto em que a coleção foi originada, qual sua procedência (a partir do princípio da proveniência). Cientes dessas especificidades, ao longo do tempo, diversos grupos de arquivistas ao redor do mundo desenvolveram princípios para nortear suas atividades como organizadores e guardiães desses conjuntos documentais. Esses princípios, por sua vez, também ao longo de anos, uniram-se em práticas e modelos, ao mesmo tempo flexíveis – para tentar acomodar a variedade de arquivos – e “padronizados” – para proporcionar uma lógica coerente e consistente de organização e acesso, em especial em um ambiente digital de armazenamento cada vez mais conectado.

Levando em conta esses diferentes procedimentos de organização e disponibilização de coleções documentais, quais sejam os elementos que elas comportam, ao longo do presente texto será dada uma maior atenção ao processo de descrição arquivística, ele próprio atravessado por diferentes aproximações teórico-metodológicas com diferentes campos do conhecimento e transformações no decorrer do tempo.

Tomando essas ponderações iniciais como um norte de reflexão, é possível pensar a partir de uma perspectiva histórica sobre o papel que assume o processo de descrição arquivística nos procedimentos que levam a representação das informações contidas nos diferentes documentos que compõem os arquivos na atualidade. Com base nessa problemática, os objetivos do texto aqui apresentado são: levantar diferentes perspectivas acerca da importância conferida ao processo de descrição arquivística entre fins do século XIX e início do século XXI e construir um panorama de discussões sobre o tema – com foco especial nos processos que permitem mediar da melhor maneira possível o conteúdo de conjuntos documentais e seus usuários – a partir de uma perspectiva diacrônica. A metodologia utilizada é de caráter descritivo e analítico. Através de revisão bibliográfica de produções científicas relacionadas ao tema da descrição arquivística e representação da informação, o trabalho buscou refletir historicamente sobre o processo de descrição arquivística até chegar ao debate contemporâneo que congrega a descrição arquivística e o acesso à informação em ambiente digital.

2 LANÇANDO UM OLHAR HISTÓRICO PARA A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Baseada no paradigma científico sugerido por Thomas Kuhn e no trabalho de outros estudiosos, a pesquisadora Dunia Llanes Padrón (2016) afirma que podemos dividir a forma como se desdobraram e ainda se desdobram os processos de descrição arquivística a partir de dois diferentes “paradigmas”. O primeiro deles se iniciaria no fim do século XIX – momento chave para a institucionalização das práticas arquivísticas – e o segundo ganharia força a partir dos anos 1980 e vigoraria até os dias de hoje:

Tomando como base a ideologia da evolução científica, os estudiosos do assunto apontam que no final do século XX ocorreu uma mudança de paradigma na Arquivologia, passando do Paradigma Custodial (1898-1980) ao Paradigma Pós-moderno (1980 - Presente) (LLANES PADRÓN, 2016, p. 13, tradução nossa).

Essa diferenciação, por sua vez, se daria por conta de mudanças sociais e tecnológicas, ocorridas ao longo dessas muitas décadas, que condicionaram a forma como os arquivos são formados, geridos e podem ser acessados. Como Llanes Padrón (2016) coloca, os debates e a prática da descrição arquivística não estão e não podem estar alheios a essas transformações, e é por isso que atualmente os profissionais voltam seus esforços para a elaboração de normalizações e sistemas de descrição que consigam dar conta dos novos formatos e demandas dos ambientes digitais gestados na web, por exemplo. Na contemporaneidade, a documentação eletrônica é parte do cotidiano não somente da comunidade científica, mas faz parte também do dia a dia de organizações, empresas e pessoas comuns.

Ao longo do desenvolvimento de padronizações para a descrição arquivística, uma relação parece crescer em importância: aquela que permite mediar da melhor maneira possível o conteúdo das coleções arquivísticas e seus usuários. Essa seria, por essência, um dos objetivos da descrição arquivística ao organizar as diversas informações, traduzindo-as aos seus futuros consulentes. Essa perspectiva está bastante explícita na definição proposta pelo Conselho Internacional de Arquivos, por exemplo:

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.11).

Segundo Haworth, citado por Andrade e Silva (2008) a descrição arquivística é o “coração” do trabalho do arquivista. E, nesse sentido, é interessante observar que há uma diferença importante entre o desenvolvimento de representações da informação por parte de bibliotecários e arquivistas, apesar da proximidade histórica nos processos que originaram as duas áreas. Para a Arquivologia é importante que a representação seja um meio de explicar o contexto de criação do documento, preservando os sinais de “evidência” no entorno dele e os sinais dos processos que lhe deram origem. Ou seja, o processo de descrição documental para o arquivista privilegia a representação de conteúdo, estrutura e contexto, pois o objeto da descrição “são produtos de uma ação ou de um aparelho burocrático, considerados meios de prova e evidência de um fenômeno administrativo, jurídico ou algum outro ligado às atividades de seu produtor” (ANDRADE; SILVA, 2008, p. 17). Em contrapartida, na biblioteconomia são realizadas seleções e criadas representações, geralmente, acerca de um produto informacional que “é o resultado da ação proveniente de uma intenção em instruir e informar” (ANDRADE; SILVA, 2008, p. 17/18). Sendo assim, cada área acaba por estabelecer diferentes parâmetros que variam de acordo com os objetos a que se referem e os objetivos que estão subjacentes ao acesso às representações da informação que elaboram.

Voltando a questão dos paradigmas, pode-se dizer que a abertura dos arquivos a um público em geral, em fins do século XIX, foi o momento de constituição de todo um conjunto de teorias e metodologias arquivísticas² regidos pelo o que se entende como “Paradigma Custodial”. Nesse cenário, em diversos países, a descrição passou a ser realizada com o objetivo de controlar e salvaguardar os fundos documentais, de “custodiá-los”, pois somente com o conhecimento do que todos esses conjuntos documentais continham seria possível torná-los satisfatoriamente acessíveis por meio de instrumentos de busca. De uma maneira geral, as definições propostas para a descrição arquivística nesse momento objetivavam “capturar as informações contidas nos documentos a fim de desenvolver ferramentas de descrição, ou seja, a representação das informações em um formato específico” (LLANES PADRÓN, 2016, p. 25, tradução nossa).

² Esse seria o período inicial da arquivologia enquanto campo de conhecimento científico. É emblemática desse momento a publicação em 1898 do Manual dos Arquivistas Holandeses, considerada uma obra clássica organizada pela Associação dos Arquivistas Holandeses e entendida por muitos como o marco inicial da arquivologia moderna, pois estabeleceu uma normatização para a atuação em arquivos e, inclusive, foi traduzida para diversos idiomas (FONSECA, 2005).

Já o reinado do “Paradigma Pós-custodial” ou “Paradigma Pós-moderno” teria iniciado nas últimas décadas do século XX, marcando um novo momento no desenvolvimento histórico da Arquivologia. A partir de meados dos anos 1980, mas sobretudo a partir da década de 1990, arquivistas ao redor do mundo passaram a desenvolver normas estruturadas com o objetivo de fornecer critérios homogêneos para a descrição por parte das mais diversas entidades arquivísticas. Nesse panorama, afirma Llanes Padrón (2016, p. 26), essas novas normativas tenderam a concentrar sua atenção com maior potência no próprio processo de descrição, diminuindo a importância dada ao produto dessa atividade descritiva, ou seja, os instrumentos de busca ou consulta. Assim vamos de uma prática focada nos instrumentos de pesquisa, para uma prática mais atenta a própria operação de descrição. Essa mudança de foco, por sua vez, demanda a elaboração de novas metodologias de descrição, mais capacitadas em promover de forma rápida e precisa a recuperação da informação acerca dos objetos sobre os quais se debruçam.

Mas o que poderia ter causado essa mudança de enfoque? Mais uma vez, segundo Llanes Padrón, essa metamorfose teria como uma de suas tributárias a evolução tecnológica das últimas décadas que

permitiu dissociar o conceito de descrição do conceito de instrumento de pesquisa. A descrição consiste na elaboração de uma representação (atividade) que pode ter diferentes formas de manifestação (instrumentos de consulta). A partir de um banco de dados descritivo é possível obter diferentes formatos de saída (várias formas de exibição em tela ou diferentes tipos de instrumentos impressos) (LLANES PADRÓN, 2016, p. 26, tradução nossa).

A partir dessa constatação podemos ir encontrando pistas sobre a importância da descrição dentro do processo de guarda, organização e gestão, pensando de que forma a representação da informação por ela elaborada vai poder ser utilizada por diversos mecanismos de busca e não somente um instrumento de pesquisa particular, o que limitaria o alcance da informação que cada documento, fundo ou acervo carrega. Se o objetivo principal da descrição é oportunizar o acesso a essa diversa documentação, é importante que esse acesso não esteja limitado por ferramentas de pesquisa ou de busca muito específicos. Importante ressaltar nesse contexto, que a descrição não nega a importância do controle e acesso aos fundos, mas pretende ir além, prestando atenção na ação de “explicar” o documento de forma a entender a sua proveniência (LLANES PADRÓN, 2016) e fornecer possíveis informações úteis aos seus consulentes, assim facilitando a acessibilidade.

A questão da “democratização” da informação presente nos objetos abrigados em diversas coleções arquivísticas ao redor do planeta, ou melhor, a questão de uma melhor “acessibilidade” à informação abrigada nesses diversos espaços físicos e até mesmo virtuais, não parou de ganhar força ao longo desse período que entendemos como regido pelo “Paradigma Pós-custodial”. Nesse sentido, as mudanças nas demandas por parte dos usuários e as próprias possibilidades dadas pela “revolução digital” exigiram dos arquivistas uma maior flexibilidade nos diversos níveis de descrição de forma a tentar se moldar a todas essas exigências.

Como coloca Cook, “no coração do novo paradigma está uma mudança que deixa de visualizar documentos como objetos físicos estáticos, e passa a entendê-los como conceitos dinâmicos virtuais” (COOK, 2012, p. 4), esse é um movimento que se visualiza com cada vez mais clareza nos últimos anos. Pode-se dizer que um dentre os primeiros sintomas desse momento é a criação em 1993 da EAD - DTD (*Encoded Archival Description – Document Type Definition*) por meio do projeto *Berkeley Finding Aid* da Universidade da Califórnia. O objetivo do projeto foi criar um padrão para descrever arquivos e manuscritos em um formato legível por computadores. Seus idealizadores acreditavam que ao padronizar o processo de descrição, organizações como o *Research Library Group* (USA) conseguiriam indexar as informações descritas de forma que diferentes usuários com acesso a um computador e internet fossem capazes de pesquisar as coleções pertencentes a repositórios em todo os Estados Unidos (PUENTE, 2018). Importante ressaltar que tal projeto continuou sendo desenvolvido e teve uma segunda versão lançada no ano de 2002³.

O desenvolvimento da EAD - DTD forneceu uma ferramenta importante para ajudar a atenuar a distribuição geográfica díspar das coleções, essa última, uma situação que pode reprimir a capacidade dos pesquisadores de usar fontes primárias, por exemplo. Além disso, a EAD permite que sejam incluídas informações suplementares – como bibliografia ou informação descritiva de cunho “administrativo” – e até mesmo de cópias digitalizadas dos documentos descritos (*Digital Archival Object*), de modo a facilitar ainda mais o uso dos consulentes (PUENTE, 2018). À vista disso, é possível afirmar que o objetivo da EAD é o

³ “A versão de março de 1995 do *Berkeley Finding Aid Project* DTD (BFAP ou FINDAID DTD) definiu uma classe de documentos que geralmente consistia em uma capa frontal opcional, uma descrição de uma unidade de material de arquivo e uma capa traseira opcional. Em 2002 foi lançada a segunda edição e todos os seus elementos são compatíveis com o padrão ISAD(G), novos elementos são adicionados em relação à primeira versão e ocorre uma reestruturação em uma ordem mais lógica” (PUENTES, 2018, p. 20, tradução nossa).

acesso intelectual universal. Porém, essa nova forma de olhar para descrição arquivística e o formato que vai adquirir a representação da informação que ela produz, como já afirmado anteriormente, impõem inúmeros desafios a definições de normatizações que consigam ser eficientes e ao mesmo tempo passíveis de serem intercambiadas entre as distintas necessidades de seus também diferentes utilizadores em potencial nesse “mundo digital” sempre em transformação.

Em tal cenário, voltado a desenvolver padronizações para os processos descritivos em ambientes digitais de armazenamento, a partir do esforço de Richard Szary (*Yale University*), Wendy Duff (*University of Toronto*) e Daniel Pitti (*University of Virginia*) também surge em 1998 a EAC-CPF (*Encoded Archival Context for Corporate Bodies, Persons, and Families*), uma normatização voltada a codificação e intercâmbio de informações de registro de autoridade tendo como base os parâmetros estipulados pela ISAAR (CPF).

A EAC-CPF surge como um norma paralela a EAD com o propósito de solucionar a problemática da preparação de registros de autoridade arquivística em ambiente digital. A EAC-CPF, portanto, com base na ISAAR (CPF), busca normalizar a codificação sobre a descrição de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos de maneira que seja possível realizar o intercâmbio, a localização e apresentação dessas informações por meio de recursos/instrumentos eletrônicos (PUENTE, 2018).

De toda forma, como colocam Eduardo Peis e Antonio Ruiz-Rodríguez (2018), a possibilidade de codificar/descrever arquivos a partir da EAD em linguagem XML proporcionou, por meio de redes tecnológicas, uma maior divulgação e acesso à representação da informação oriunda do processo de descrição arquivística. A escolha do formato XML, por sua vez, levou em conta também a questão das evoluções tecnológicas – que em velocidade cada vez maior podem tornar certos instrumentos (*hardwares* e *softwares*) “obsoletos” ou desatualizados. Por ser um formato “independente”, que não depende de um *hardware* e *software*, a informação codificada em XML consegue ser “lida” por qualquer máquina. Tal formato “padrão” permite a interoperabilidade, pois a informação contida no documento na sua forma original pode ser trocada e usada por diferentes tipos sistemas sem que a informação seja transformada durante esse intercâmbio.

Por fim, todo esse cuidado com o formato e com a normatização subjacente ao processo de descrição e a consequente representação da informação a partir dele desdobrada, como afirmado anteriormente, mostra a relevância da normas EAD e EAC em tornar possível o acesso a determinada documentação que poderia estar restringido pelo distanciamento espacial entre as diversas coleções. Que arquivista do século XIX poderia imaginar, que estaríamos acessando atualmente, a partir de um computador no Brasil, documentos abrigados em arquivos espanhóis, por exemplo?

Ainda pensando nas novas demandas colocadas pelo ambiente digital de armazenamento, as discussões mais recentes – desenvolvidas em especial a partir da década de 2010 – no campo de estudos relacionado à descrição arquivística se direcionam para a elaboração de modelos conceituais de representação. Entendendo a necessidade de criar uma normatização, ou melhor, um modelo que correspondesse a essas exigências atuais, em 2012 o *International Council on Archives* (ICA) formou um grupo de trabalho denominado *Experts Group on Archival Description* (EGAD) . O principal objetivo desse grupo, formado por pesquisadores vindos de diversos países, era congrega as quatro normas para a elaboração de descrições arquivísticas elaboradas entre as décadas de 1990 e 2000 e ainda atualmente colocadas em prática: a *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*, ISAAR (CPF); a *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*, ISDIAH; a *International Standard for Describing Functions*, ISDF; e a *General International Standard Archival Description*, ISAD(G) (LLANES PADRÓN; MORO CABERO, 2017).

Após quatro anos de discussões, foi lançado em 2016 uma nova proposta, em formato draft, para a realização do processo de descrição arquivística denominada *Records in Contexts: a conceptual model for archival description* (RiC-CM). Tal modelo foi levado a público ainda em formato de rascunho, pois o ICA compreendeu que a proposta poderia ainda receber a contribuição de outros profissionais pertencentes à comunidade de arquivistas no mundo, de modo que o modelo pudesse ser aplicado nas mais diferentes realidades arquivísticas, que fosse um modelo, de fato, abrangente. Junto ao RiC-CM, após esse processo de consulta, seria também disponibilizada a sua ontologia correspondente: a RiC-O⁴.

⁴ A ser disponibilizada usando o padrão OWL (*Web Ontology Language*).



Portanto, este modelo de descrição internacional acentua a ideia de criar um modelo semântico único que facilite a representação, relacionamento e interoperabilidade dos conteúdos de todas as instituições de informação no contexto web (LLANES PADRÓN; MORO CABERO, 2017, p. 528, tradução nossa).

Voltando a questão das peculiaridades do RiC-CM, como apontam as pesquisadoras Dunia Llanes Padrón e Manuela Moro Cabrero (2017), ao explicarem as características do modelo, uma das suas principais particularidades é a formatação não hierárquica. Diferentemente da proposta da ISAD(G), o RiC-CM lida com elementos que podem ser combinados de diversas maneiras para formar a descrição arquivística. No modelo RIC-CM a estrutura da descrição vai de “multinível” para “multidimensional”.

Em relação a arquitetura desse processo, o documento divulgado em 2016 pela ICA assim explica:

Em vez de uma hierarquia, a descrição pode assumir a forma de um gráfico ou rede. A descrição da modelagem como um gráfico acomoda a descrição única, baseada em fundo e multinível modelada em ISAD (G), mas também permite ter uma compreensão mais abrangente da proveniência descrita acima. O modelo multidimensional, portanto, permite a descrição do fundo, mas também vê o fundo existindo em um contexto mais amplo, em relação a outros fundos. Em uma abordagem multidimensional para a descrição, os registros e conjuntos de registros, suas interrelações uns com os outros, suas interrelações com os agentes, funções, atividades, mandatos, etc., e cada um destes entre si, são representados como uma rede dentro da qual os fundos individuais estão situados. O contexto próximo de cada fundo permanece, embora seus limites sejam permeáveis, pois existe dentro dele camadas de contexto adicional contendo outros fundos. O modelo possibilita o cumprimento do respeito aos fundos, mas também permite abordar outros tipos de conjuntos de registros com origem complexa (por exemplo, um série que documenta uma função executada em série por uma sucessão de diferentes agentes) (ICA, 2016, p.10, tradução nossa).

Tal formato, por sua vez, “coloca os arquivos no caminho para a interoperabilidade semântica descentralizada e não com base na troca de esquemas” (LLANES PADRÓN; MORO CABERO, 2017, p. 31/532, tradução nossa). Esse princípio permitiria então “interrelacionar uma quantidade maior de informações e, assim, facilitar a reutilização dos dados vinculados” (LLANES PADRÓN; MORO CABERO, 2017, p. 531, tradução nossa), o que acaba por facilitar também o trabalho dos arquivistas em relação ao recolhimento de informações para a realização da descrição arquivística, um processo que demanda um alto gasto de tempo, ainda mais quando leva-se em conta a grande quantidade de objetos informacionais/documentais gerados nas diversas instâncias da sociedade contemporânea.

Esse primeiro rascunho da RiC-CM, como era de se esperar, recebeu inúmeras críticas, tendo a fase de recebimento de sugestões se encerrado ainda no ano de 2017. Entre os

pareceres emitidos em relação ao modelo, estava o enviado pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), no qual foram apontados problemas referentes às definições das entidades e ao pequeno número de propriedades para representar o contexto específico dos documentos digitais. O Conarq, nesse sentido, em relação à primeira crítica, sugeriu a utilização de um vocabulário terminológico controlado para melhorar a compreensão e facilitar a utilização do modelo, já em relação à segunda crítica foi sugerida a criação de uma entidade dedicada somente a esse fim, a qual mapearia os elementos essenciais para a verificação da autenticidade ou serviria de suporte à reprodução do ambiente que gerou o documento (SOUZA; FLORES, 2020). Ainda nesse processo, a partir das observações e sugestões expostas pela comunidade arquivística, o EGAD lançou em 2019 uma nova versão rascunho da RiC-CM (LLANES PADRÓN, 2020).

Mesmo levando em conta as possíveis apreciações negativas em relação ao modelo e sua respectiva ontologia, ao observarmos todo o debate mundial em torno da elaboração do RiC-CM e da RiC-O, podemos perceber um esforço conjunto de profissionais da informação (não somente da Arquivologia) em uma discussão intimamente ligada à urgência da criação de uma normativa atenta às necessidades da atualidade e que possa ser utilizada em nível mundial. Porém, diferentemente de modelos anteriores que também buscavam uma grande abrangência, o modelo conceitual atual deve lançar mão do linked open data e também ser flexível às diferentes demandas de arquivistas ao redor do mundo, não sendo subordinado a um país ou idioma específicos (LLANES PADRÓN, 2020). Além disso, esse novo modelo modifica a relação de usuários com os instrumentos de busca e formas de acessar a informação contida na documentação. Através do linked open data será possível integrar diversas descrições, não somente dentro de arquivos específicos, mas na web. Sendo assim o usuário poderá locomover-se entre diversos repositórios – de diferentes instituições – que contém documentos ou informações referentes ao autor do(s) objeto(s) de informação que lhe interessa(m).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, pode-se afirmar que as práticas de descrição arquivística são umas das principais bases nas quais se ancoram a profissão do arquivista. Mesmo que não haja



necessariamente uma hierarquia nas operações que envolvem esse *métier*, é como se em torno dela que girassem as diversas outras ações e ferramentas que formam o conjunto de funções desse profissional. Porém, no decorrer do texto, notou-se que essa nem sempre foi a visão relacionada ao processo de descrição. Pois, é possível afirmar que foi somente após a criação do Comitê de Normas de Descrição vinculado ao CIA, em 1989, que a representação das informações arquivísticas, levando em consideração o controle e o acesso dos objetos abrigados em diversos espaços institucionais, pessoais e também digitais, passou a ser efetivamente entendida como um estágio fundamental do trabalho em arquivos.

Foi possível perceber ao longo da exposição aqui realizada, pensando a evolução das práticas de descrição arquivística, que a emergência de uma norma internacional de descrição arquivística esteve conectada tanto a reflexão da Arquivologia acerca de seu objeto de estudo (a informação orgânica registrada) em um mundo que já na década de 1980 paulatinamente se globalizava, quanto ao desejo de tornar toda essa informação acessível também em nível internacional. Pois quais seriam os objetivos finais da organização de um conjunto documental, se não controlar aquilo que fundo contém, bem como permitir o acesso a essa informação por meio de instrumentos de pesquisa? Devido a esses objetivos básicos que se vê um constante repensar de práticas por parte dos arquivistas, que como já colocado anteriormente, precisam estar atentos às mudanças da sociedade para que suas práticas não se tornem obsoletas e, por consequência, os objetivos de suas ações não se concretizem.

Portanto, mesmo as regras estabelecidas ao longo principalmente da década de 1990, de forma a atingir um processo ordenado de descrição arquivística também acompanham o desenvolvimento histórico da sociedade e estão abertas às alterações que essas transformações exigem. É preciso prestar atenção tanto à forma que os objetos da informação adquirem (seja física ou digital), quanto à maneira como a representação da informação gerada através da descrição será recuperada. Como bem aponta Puente (2018), a emergência das tecnologias da informação e comunicação mudou o comportamento de arquivistas e de usuários, a partir de uma nova maneira de buscar as informações que demonstrou que o processo “tradicional” já não é mais eficiente em processar toda a informação gerada na atualidade.

Ao fim, é interessante pensar que muita coisa mudou ao longo da história da descrição arquivística, mas, que por trás dessas transformações também há processos cíclicos como aponta Llanes Padrón:

Na trajetória histórica da descrição arquivística é possível perceber um processo cíclico. Essa atividade surgiu com a função de manter evidências e significados, mas com o tempo foi perdendo esse propósito. Porém, na atualidade, os contínuos avanços tecnológicos fazem com que a descrição volte à função com que foi originalmente criada: manter a evidência e a autenticidade dos documentos. A nova visão do arquivo como espaço de gestão administrativa ou espaço de gestão científico-cultural justifica essas ações. Em outras palavras, essas formas de entender a descrição são o reflexo direto das formas de entender o arquivo e a Arquivística como ciência interdisciplinar nos novos tempos. (LLANES PADRÓN, 2016, p.22, tradução nossa).

Estejamos, portanto atentos a esses diferentes modos de entender o arquivo que a autora alerta no excerto acima, bem como, às demandas de nossos “novos” tempos – tempos de Paradigma Pós-custodial –, para que o resultado do trabalho do arquivista, como coloca Paes (2006, p. 96), não transforme os arquivos “em meros depósitos de papelórios, ou [em uma] exposição permanente de equipamentos sofisticados”.

REFERÊNCIAS

Adotar fonte 12, espaçamento entrelinhas simples, times new romam, alinhamento à esquerda, espaço entre referências de 12 pontos.

ANDRADE, Ricardo; SILVA, Rubens. Aspectos Teóricos e Históricos da Descrição Arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, dez. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/86523> Acesso em 30 ago. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/52743> Acesso em: 07 set. 2021.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

LLANES PADRÓN, Dunia. **La descripción archivística en los tiempos posmodernos: conceptos, principios y normas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/la-description_ebook.pdf Acesso em: 10 set. 2021.



LLANES PADRÓN, Dunia; MORO CABERO, Manuela. Records in Contexts: un nuevo modelo para la representación de la información archivística en el entorno de la web semántica. **El Profesional de la información**, León, v. 26, n. 3, maio/jun. 2017.

Disponível: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2017.may.19/35788> Acesso em: 29 ago. 2021.

LLANES PADRÓN, Dunia. **Records in Contexts: o modelo conceitual do universo arquivístico**. Youtube, 27 nov. 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=QwrQvmHeUZs> Acesso em: 20 ago. 2021.

PEIS, Eduardo, RUIZ-RODRÍGUEZ, Antonio. EAD (Encoded Archival Description):

Desarrollo, estructura, uso y aplicaciones. **Hipertext.net**, Barcelona, n. 2, 2004. Disponível:

<https://www.upf.edu/hipertextnet/numero-2/ead.html> Acesso em: 09 set. 2021.

PUENTE, Marcelo de la. **EAD y EAC: aplicación de metadatos en la descripción de colecciones archivísticas**. Buenos Aires: Consultora de Ciencias de la Información, 2018.

Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/290492370> Acesso em: 05 set. 2021.

PAES, Marilena. **Arquivo: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SOUZA, Marcos Vinícius, FLORES, Daniel. Possíveis impactos do modelo Records in Contexts para os usuários de arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, set./dez. 2020.

Disponível em:

<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1553> Acesso em: 10 set. 2021

Thinking historically about the archival description: mediating a universe of information and a world of users

Abstract: The archival description process is a central activity regarding the contemporary archivist's craft. However, this practice has undergone changes over time, always following the changes and demands of society and the forms of production and access to information. Bearing in mind this constant metamorphosis and the historicity of this development, this text presents a literature review with the aim of observing the process of archival description from a historical perspective. The time frame observed is between the end of the 19th century and contemporaneity, the 21st century.

Keywords: Archival description; Literature review; History; 19th century, 21st century.